

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.696 - SP (2020/0024459-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : VITOR DIAS
ADVOGADO : MARCO AURELIO CRUZ ANDREOTTI - SP124704
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por VITOR DIAS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
AUXÍLIO-DOENÇA AUSÊNCIA DA QUALIDADE DE SEGURADO
NÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO
BENEFÍCIO.

Alega violação do art. 42 e seguintes da Lei n. 8.213/1991, no que concerne à concessão de aposentadoria por invalidez em razão da comprovação da manutenção da qualidade de segurado da parte autora durante o período em que não houve recolhimento de contribuições previdenciárias, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O v. acórdão ora guerreado, com a devida vênia, está afrontando sobremaneira dispositivo de Lei Federal ao negar o sagrado direito da parte autora (APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA), notadamente o disposto nos artigos 42 e seguintes da Lei Federal n. 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), na medida em que tratam da qualidade de segurado do R.G.P.S. (Regime Geral da Previdência Social), bem como a carência apta ao recebimento do referido benefício (fl. 119).

Ora! Com todo respeito, o recorrente, ao contrário do que consagrado equivocadamente pelo v. acórdão guerreado, que se baseou apenas na data de início de incapacidade laborativa fixada equivocadamente pelo Sr. Experto do Juízo (27/12/2.017), restou amplamente demonstrado que o apelante está inválido desde quando deixou de verter contribuições à Previdência Social, em 30 de abril de 2.016 e, conseqüentemente, estando inválido, não recolheu à Previdência e não trabalhou registrado, jamais se falando em perda da qualidade de segurado do R.G.P.S. pela parte autora (fl. 119).

Assim, resta inequívoco que o demandante/recorrente faz jus ao benefício objeto da presente ação, já que comprovou documentalmente que está inválido quando deixou de verter contribuições à Previdência Social, em 30 de abril de 2.016, mas nunca em 27 de dezembro de 2.017,

não como constou na r.sentença e no v. Acórdão recorrido (fl. 120).
É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A Autarquia juntou consulta ao sistema Dataprev, constando vínculos empregatícios descontínuos de 1978 a 2008, além de recolhimento de contribuições à previdência social de 01/09/2013 a 30/04/2016.

Verifica-se dos documentos apresentados que a parte autora esteve vinculada ao Regime Geral de Previdência Social por mais de 12 (doze) meses.

Entretanto, perdeu a qualidade de segurado, nos termos do art. 15, II, da Lei 8.213/91, tendo em vista que deixou de recolher contribuições previdenciárias em 30/04/2016, efetuou requerimento administrativo em 25/10/2017 e ajuizou a demanda apenas em 11/12/2017, quando ultrapassados todos os prazos previstos no artigo 15, da Lei nº 8.213/91.

Observe-se que o laudo pericial atesta que a parte autora estaria incapacitada para o trabalho desde 27/12/2017, quando já não ostentava a qualidade de segurado. Além disso, não há um único documento, nos autos, que comprove a incapacidade quando detinha tal condição (fls. 108 e 109).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão**

Superior Tribunal de Justiça

de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente